



SUZANO: CONSIDERAÇÕES SOBRE HISTÓRIA LOCAL E A HISTORIOGRAFIA ACERCA DA CIDADE

Eixo Temático 2 - Práticas de comunidades, grupos e indivíduos: processos de elaboração, identificação e preservação de referências culturais coletivas

Rodrigo Henrique Ferreira da Silva
Mestre em Ciência da Religião, PUC-SP, Brasil
rodrigo_henrique@hotmail.com

* A revisão do texto é de responsabilidade dos autores

R

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas questões metodológicas acerca da História Local, ou História do pequeno espaço, como é aqui designada. A partir dessas considerações analisamos a construção da autorrepresentação histórica da cidade de Suzano, bem como produção historiográfica acerca da mesma localidade.

Palavras-Chaves: *Historiografia; História Local; Suzano; Invenção de tradições.*

ABSTRACT

This article aims to present some methodological questions about Local History or History of the small space as it is designated here. Based on these considerations, we analyze the construction of the historical self-representation of the city of Suzano, as well as the historiographical production about the same place.

Keywords: *Historiography; Local History; Suzano; Invention of traditions.*

1. A HISTÓRIA LOCAL

"História". Palavra que nos habituamos a ouvir e falar no dia a dia sem nos atermos ao seu significado, ou melhor dizendo, aos seus múltiplos significados, já que se trata de um termo polissêmico. Assim, podemos falar da história de vida de alguém, da História do Brasil, da história de uma instituição, etc. Aqui nos limitaremos à História enquanto disciplina acadêmica.

Pode-se dizer que o interesse humano pelo passado é algo quase natural. Dessa forma, diversos povos, desde a antiguidade, transmitiram narrativas acerca de seu passado, seja ele real ou mítico, por meio oral ou escrito. Foi a partir dos gregos, no século V a.C., que a História começa a se diferenciar do mito e da religião, por isso, se tornou um lugar comum designar o pensador helênico Heródoto como "pai da história". (COLLINGWOOD, p. 28).

Apesar da pseudo paternidade grega, a História surgiu como disciplina acadêmica em meados do século XVIII e XIX. R. G. Collingwood define a História da seguinte maneira:

Actualmente, os historiadores pensam que a história deve: a) ser uma ciência, ou uma resposta e perguntas; b) interessar-se pelas ações humanas do passado; c) dedicar-se à interpretação das provas; d) ser favorável ao auto-conhecimento humano. (COLLINGWOOD, p. 18).

Atualmente algumas ressalvas podem ser feitas a essa definição,²⁷ contudo, aqui nos interessa o fato que este foi o modelo de História surgido no século XIX. Peter Burke afirma que,

Poderíamos também chamar este paradigma de a visão do senso comum da história, não para enaltece-lo, mas para assinalar que ele tem sido com frequência – com muita frequência – considerado a maneira de se fazer história, ao invés de ser percebido como uma dentre várias abordagens possíveis do passado. (BURKE, 1992, p. 10. Grifo do autor).

Uma das principais características deste modelo de História, chamado por Burke de "paradigma tradicional", é justamente seu interesse apenas político e em nível nacional:

De acordo com o paradigma tradicional, a história diz respeito essencialmente à política. Na ousada frase vitoriana de Sir John Seeley, Catedrático de História em Cambridge, "História é a política passada: política é a história presente". A política foi admitida para ser essencialmente relacionada ao Estado; *em outras palavras, era mais nacional e internacional, do que regional*. (BURKE, 1992, p. 10. Grifos nossos).

Contudo, a partir das primeiras décadas do século XX, e especialmente após o fim da II Guerra Mundial, a historiografia, isso é, a forma de escrita da história, passou por profundas transformações, promovidas principalmente pelos historiadores ligados à revista francesa *Annales d'histoire économique et sociale*, motivo pelo qual o movimento passou a ser conhecido como Escola dos *Annales* ou simplesmente *Annales*. (SILVA, 2022).

27 Um dos principais historiadores do século XX, Marc Bloch dá a História a seguinte definição: "Diz-se algumas vezes: 'A história é a ciência do passado'. É [no meu modo de ver] falar errado. [Pois, em primeiro lugar,] a própria ideia de que o passado, enquanto tal possa ser objeto de ciência é absurda. [...] o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. [...] 'Ciência dos homens', dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: 'dos homens, no tempo'. O historiador não pensa 'humano'. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração". (BLOCH, 2001, p. 52. 54. 55).

Dentre as principais transformações promovidas no universo historiográfico pelos *Annales* está o interesse pela História Local ou Regional:

Mais ou menos na última geração, o universo dos historiadores se expandiu a uma velocidade vertiginosa. A história nacional, dominante no século dezenove, atualmente tem de competir com a história mundial e a história regional (antes deixada a cargo de “antiquários” amadores) para conseguir atenção. (BURKE, 1992, p. 07. Grifos nossos).

Assim, durante a década de 1950 surgiram na França os primeiros trabalhos que tratavam a história local e regional em nível técnico. (BARROS, 2022, p. 24).

Antes de avançarmos nas questões da História Local, convém alguns esclarecimentos conceituais.

Primeiramente, trata-se da utilização do termo local, oriundo da Geografia. Apesar de tratarmos os termos local e lugar quase como sinônimos, desde a década de 1960 os geógrafos apontam importantes distinções entre eles. Conforme indica José D’Assunção Barros:

Com o desenvolvimento mais complexo do conceito geográfico de lugar, este não deveria mais ser visto como um mero local, mas sim um mundo que coloca em jogo as suas próprias regras. Pode-se mesmo dizer que todos os lugares são pequenos mundos. [...] O local pode ser um mero ponto no mapa definido pelo encontro de um paralelo e um meridiano. Mas um lugar precisa ser nomeado, pressentido por alguém como dotado de uma singularidade. O lugar é o local que adquiriu visibilidade para alguém, porque investido de certos significados. Assim, o lugar é o espaço ao qual foram agregados novos níveis ou camadas de sentidos. (BARROS, 2022, p. 24-25).

Local como espaço geográfico. Lugar como atribuição de sentidos, apropriação do espaço geográfico. Portanto, partindo da distinção apresentada por Barros, deveríamos falar em uma História do lugar e não História Local, já que o objeto da História é o ser humano e não o espaço, como nos ensina Marc Bloch:

O objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. [...] Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criam, são os homens que a história quer capturar. (BLOCH, 2001, p. 54. Grifos nossos).

Todavia, o termo História Local já se tornou um lugar comum dentro da historiografia, haja vista que se passaram mais de 70 anos desde as pesquisas pioneiras, elaboradas pelos franceses na década de 1950. Seria, portanto, um desperdício de energia tentar alterá-lo. Basta-se ter clareza conceitual.

Outra questão se refere a uma eventual distinção entre a História Local e a História Regional. Por História Local, geralmente se entende:

O estudo de localidades menores do que aquelas regiões geográficas ou administrativas mais amplas que podem corresponder a um estado, ou mesmo a uma área consideravelmente grande dentro de um estado. Assim, a “história local”, na historiografia brasileira, não raramente se refere a cidades, bairros, vizinhanças, aldeias indígenas, enquanto que a expressão “história regional” volta-se mais habitualmente para as regiões mais amplas (o Vale do Paraíba, o sul de Minas, o estado do Piauí, e assim por diante). (BARROS, 2022, p. 50).

Como ressalta Barros, a distinção entre História Local e Regional faz sentido apenas em um país de dimensões continentais como o Brasil, não sendo uma preocupação para os teóricos franceses pioneiros na área. Assim, o termo regional, para historiografia brasileira, estabelece “uma noção intermediária entre o ‘local’ e o ‘nacional’”. (BARROS, 2022, p. 52). Contudo, como ressalta o mesmo autor,

Pensar estas nuances possíveis entre o “local” e o “regional” constitui apenas uma proposta, um exercício de imaginação historiográfica, já que frequentemente, entre nós, “História Local” e “História Regional” são expressões empregadas de maneira quase sinônima. (BARROS, 2022, p. 50).

Uma maneira de se contornar essas possíveis ambiguidades seria adotar o conceito de “historiografia do pequeno espaço” elaborada por Barros.

Uma das primeiras questões que surge quando tratamos da historiografia do pequeno espaço é justamente a pertinência de tal esforço intelectual. Valeria a pena todo o empenho necessário ao desenvolvimento de uma pesquisa para tratar de uma população pequena, circunscrita a um espaço geográfico limitado? Não seria mais conveniente empregar forças em temas que tratem de um cenário mais amplo? Qual a relevância dessas pesquisas?

Essas questões nascem de uma incompreensão da historiografia do pequeno espaço. Isso porque se entende a História local como algo separado, independente, da história nacional ou local, o que é uma falácia, já que a História Local está sempre relacionada à totalidade. Como aponta José D’Assunção Barros:

A região torna-se caminho – e não obstáculo – para se entender uma totalidade que a inclui. De igual maneira, um estudo regional como este pode ser útil para retornar a essa totalidade, agora de uma outra forma, e confrontar generalizações redutoras e abusivas ao mostrar uma diversificação de casos que frequentemente é encoberta pelos modelos generalistas (BARROS, 2022, p. 27).

Assim, a história do pequeno espaço está sempre associada à totalidade, seja ela nacional ou mesmo mundial, tanto como um caminho que parte do particular para se alcançar a totalidade, ou ao contrário, como um meio para se questionar as generalizações que nascem da visão totalizadora. (BARROS, 2022, p. 28). Vejamos alguns casos concretos.

Na obra *Homens livres na ordem escravocrata* de Maria Sylvia de Carvalho Franco, a autora recorreu a processos judiciais da cidade de Guaratinguetá-SP para compreender a figura do homem livre pobre, uma personagem intermediária entre o grande cafeicultor e o escravo. Desta forma, partindo de uma localidade bastante específica, a autora lança luz sobre uma realidade pouco estudada pela historiografia tradicional. Ou seja, partindo de uma realidade local (a cidade de Guaratinguetá) atinge-se uma situação geral (a figura do trabalhador livre dentro de uma sociedade escravocrata).

Outro exemplo em sentido inverso. É um fato amplamente conhecido a enorme corrente migratória de italianos para a cidade de São Paulo entre os anos de 1880 e 1920, que deixou profundas marcas na cidade, especialmente na zona leste. Contudo, a fixação dos historiadores na comunidade ítalo-brasileira que se estabeleceu naquele período levou ao apagamento de outros grupos que habitavam esse mesmo espaço. Este é o principal tema da obra *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)* de Carlos José Ferreira dos Santos, onde o autor se dedica ao estudo desta população pobre, majoritariamente negra,

negligenciada ou mesmo apagadas pela historiografia tradicional. Assim, é partido do local (a população pobre e negra de São Paulo) que se questiona as generalizações (uma cidade formada exclusivamente de italianos).

1.1 AS APLICAÇÕES DA HISTÓRIA LOCAL

Haja vista a legitimidade da historiografia do pequeno espaço do ponto de vista acadêmico e intelectual, resta-nos agora conhecer algumas de suas aplicações práticas. Aqui ressaltaremos dois pontos específicos: o uso educacional e a questão do patrimônio histórico-cultural.

A historiografia do pequeno espaço foi tradicionalmente relegada à uma posição secundária dentro do ensino de História no Brasil. Na educação básica (Educação infantil, ensinos Fundamental e Médio) geralmente é trabalhada nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Já em relação ao Ensino Superior são poucos os cursos de História espalhados pelo país que contam com disciplinas relacionadas à História Local. Em grande parte, as instituições de ensino ainda partem da premissa que separa a história do pequeno espaço e a totalidade.

Atualmente, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)²⁸, a História Local é conteúdo a ser trabalhado com turmas do terceiro ano do Ensino Fundamental, quando os educandos em idade regular estão com aproximadamente oito anos.

(EF03HI01) Identificar os grupos populacionais que formam a cidade, o município e a região, as relações estabelecidas entre eles e os eventos que marcam a formação da cidade, como fenômenos migratórios (vida rural/vida urbana), desmatamentos, estabelecimento de grandes empresas etc.

(EF03HI02) Selecionar, por meio da consulta de fontes de diferentes naturezas, e registrar acontecimentos ocorridos ao longo do tempo na cidade ou região em que vive.

(EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes.

(EF03HI04) Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados.

(EF03HI05) Identificar os marcos históricos do lugar em que vive e compreender seus significados.

(EF03HI06) Identificar os registros de memória na cidade (nomes de ruas, monumentos, edifícios etc.), discutindo os critérios que explicam a escolha desses nomes.

(EF03HI07) Identificar semelhanças e diferenças existentes entre comunidades de sua cidade ou região, e descrever o papel dos diferentes grupos sociais que as formam.

(EF03HI08) Identificar modos de vida na cidade e no campo no presente, comparando-os com os do passado. (BRASIL, 2017, p. 411).

28 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento que estabelece os conteúdos básicos a serem trabalhados por todos os sistemas de ensino do país, podendo ser complementada conforme as exigências locais e regionais. A criação da BNCC foi estipulada por lei em 2013, sendo que a atual versão entrou em vigor em 2017.

Não consta qualquer outra menção à História Local no documento. Naturalmente, isso não exclui que projetos na área sejam desenvolvidos de forma independente pelos educadores, contudo, quando isso ocorre, se dá de maneira autônoma, graças ao empenho do profissional, da instituição ou do sistema de ensino.

Como salienta Luís Carlos Borges da Silva, abordar a história apenas do ponto de vista geral transforma a “aprendizagem algo sem prazer e que não emociona, negando a perspectiva de que história é vida, sendo que a função básica do seu ensino é a construção de cidadãos críticos” (SILVA, 2013, p. 04). Isso porque, tal ensino é, muitas vezes, baseado única e exclusivamente na narrativa, seja ela do educador ou do material didático, modelo esse objeto da clássica crítica de Paulo Freire. (FREIRE, 2019, p. 79).

A História Local, quando trabalhada em conjunto com a História “Total”, poderá tornar o ensino mais prazeroso e efetivo, já que trata de temas e lugares do cotidiano dos educadores e educandos, ou, nas palavras de Silva:

O fundamental é tornar as aulas mais prazerosas, levando os alunos a perceberem que sua própria vida já é uma grande história e que o conhecimento histórico pode ser elaborado por todos, independentes de qualquer aspecto social, político, econômico e cultural. Dessa forma, acredito que a História Regional e Local, se configura como um valioso instrumento metodológico para o professor de história, pois a abordagem de conteúdos voltados para o local e o regional possibilita a elaboração de um olhar diferenciado acerca do saber histórico, capaz de acusar uma visão crítica entre os educandos, bem como, permite a efetivação da noção de cidadania no ambiente escolar, uma vez que o objeto de estudo se apresenta como familiar a realidade de vida dos estudantes. (SILVA, 2013, p. 10).

Isso porque, segundo o patrono da educação brasileira,

Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política. [...] Nunca apenas dissertar sobre ela e jamais doar-lhe conteúdos que pouco ou nada tenham a ver com seus anseios, com suas dúvidas, com suas esperanças, com seus temores. Conteúdos que, às vezes, aumentam estes temores. Temores de consciência oprimida. Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. (FREIRE, 2019, p. 120. Grifos nossos).

Naturalmente, uma proposta de ensino que leve em conta a História Local, quando exercida para além do nível individual, demandará a formação dos profissionais envolvidos e o preparo de matérias de apoio, como livros didáticos, produções audiovisuais, etc.

Portanto, a extensão do ensino da História Local, ao menos no nível da educação básica, permitiria uma abordagem interdisciplinar envolvendo áreas como a História, Geografia, Artes; além de uma prática pedagógica mais próxima dos educandos, o que aumentaria seu interesse nos assuntos trabalhados. Aumentaria o sentimento de pertença e conseqüentemente a participação ativa dos cidadão daquele espaço; promoveria a capacitação dos profissionais da educação e a movimentação dos mercados audiovisual e editorial local, dentre outros benefícios.

Para além do uso educacional, mas não necessariamente apartado dele, está a questão dos lugares de memória. Antes de avançarmos na questão, cumpre-nos aqui algumas considerações acerca do conceito de memória.

Apesar de também ter como matéria prima o passado, a memória se distingue profundamente da História. Esta última, como já visto, é uma ciência, regulada por um método científico. A memória por sua vez lida primordialmente com a questão da identidade, seja ela pessoal ou, no caso que aqui nos interessa, coletiva. Nas palavras de Pierre Nora,

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraiza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 09)

Apesar de longa, a citação acima apresenta bem as distinções entre as áreas. Contudo, como afirma Zygmunt Bauman, a sociedade atual é baseada na liquidez, ou seja, na mobilidade, transformação, instabilidade:

Estamos agora passando da fase "sólida" da modernidade para a fase "fluida". E os "fluidos" são assim chamados porque não conseguem manter a forma por muito tempo e, a menos que sejam derramados num recipiente apertado, continuam mudando de forma sob a influência até mesmo das menores forças. Não se deve esperar que as estruturas, quando (se) disponíveis, durem muito tempo. Não serão capazes de aguentar o vazamento, a infiltração, o gotejar, o transbordamento - mais cedo do que se possa pensar, estarão encharcadas, amolecidas, deformadas e decompostas. (BAUMAN, 2005, p. 57).

Neste cenário, as antigas comunidades (Estado, família, religião) perdem seu poder de conferir uma identidade automática aos indivíduos, que agora passam a construir a sua própria:

Quando a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer "natural", predeterminada e inegociável, a "identificação" se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um "nós" a quem possam pedir acesso. (BAUMAN, 2005, p. 30).

Se a memória é um dos principais alicerces para a construção da identidade, as transformações de um mundo líquido levam necessariamente uma nova relação com o

passado, agora percebido como algo distante, não mais normativo para o presente. Como afirma Hobsbawn, “quando a mudança social acelera ou transforma a sociedade para além de um certo ponto, o passado deve cessar de ser o padrão do presente, e pode, no máximo tornar-se modelo para o mesmo” (HOBSBAWN, 2013, p. 29). Nessa sociedade, o passado se materializa em determinados lugares, lugares de memória:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p. 7).

Lugares esses construídos, ou especialmente preservados, para manter viva, numa sociedade em rápida transformação, a lembrança do passado, seja ele real ou fictício. Lugares capazes de lembrar, ou construir, a identidade de uma comunidade, quando as outras formas de vínculos se esgarçam.

Neste cenário a História Local é um importante veículo para construção desse sentimento de pertença. Ou ainda, como uma forma de dar visibilidade a grupos tradicionalmente marginalizados dentro de uma narrativa tradicional. Neste sentido, as pesquisas em História Local podem orientar o poder público ou mesmo as organizações da sociedade civil na construção ou manutenção desses espaços, bem como na promoção de outras memórias omitidas ou deliberadamente apagadas, como negros, indígenas, etc.

2. A HISTORIOGRAFIA ACERCA DE SUZANO

Tratemos agora da historiografia da cidade de Suzano. Importante destacar que discutiremos aqui as obras acerca da história da cidade e não a história em si. Nessas poucas linhas pretendemos abordar a forma com que a história do município vem sendo trabalhada até o momento.

O município de Suzano possui uma peculiaridade histórica em relação aos seus vizinhos regionais, já que a cidade possui duas fases bem distintas em relação a ocupação do espaço que hoje forma seu território. Como aponta Suami P. de Azevedo, “Suzano é um Município em que se pode reconhecer dois instantes e dois locais significativos de sua formação histórica. Antes da Ferrovia, com o Antigo Baruel, e depois da Ferrovia, com o Centro atual.” (AZEVEDO, 1994, p.18).

É sabido que populações indígenas, especialmente Guaianás (também chamados Guaianases) já habitavam a região e foram alvos da ação missionária dos padres jesuítas estabelecidos no aldeamento de São Miguel. Todavia, as menções mais antigas à presença de colonos na região datam do século XVI.

Ao longo do período colonial e imperial haviam dois núcleos de ocupação no atual território suzanense: uma localidade designada como Caaguaçu e posteriormente “Baruel” em referência a uma importante família que habitou aquela localidade. Esse núcleo teria se desenvolvido a partir o século

XVII, ao redor da Capela de Nossa Senhora da Piedade, em uma região de exploração aurífera. O segundo núcleo designado como Guaió possuía uma população mais dispersa e voltada para a agricultura de subsistência e, provavelmente, era localizado no atual centro da cidade.

A segunda fase da ocupação inicia-se com o loteamento do atual centro da cidade, promovido pelos irmãos Marques Figueira nos anos finais do século XIX, às margens da estrada de ferro que corta o município.

Suzano teve sua emancipação política de Mogi das Cruzes no ano de 1948, quando o atual centro já era o principal núcleo populacional do território. Isso porque, com a chegada da ferrovia, muitos dos habitantes do Baruel se transferiram para as margens da mesma, dando origem a Vila da Concórdia, posteriormente designada por Suzano. Desta forma, o Baruel, até então principal zona de povoamento, se tornou uma região periférica.

Percebe-se assim, que todo o imaginário da cidade, e conseqüentemente sua produção historiográfica, foram construídas a partir do período histórico formado pelos séculos XIX e XX, marcado pela chegada da estrada de ferro, pelo estabelecimento das famílias de migrantes portugueses, japoneses, italianos e libaneses, que durante muito tempo formaram a elite local, pela emancipação política-administrativa e posteriormente pelo desenvolvimento industrial.

Vejamos alguns exemplos desse imaginário.

Figura 01: Brasão da cidade de Suzano-SP



Fonte: Prefeitura Municipal de Suzano

Figura 02: Brasão da cidade de Mogi das Cruzes-SP



Fonte: Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes

Figura 03: Brasão da cidade de Itaquaquecetuba-SP



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba

As imagens acima permitem que comparemos os brasões das cidades de Suzano, Mogi das Cruzes e Itaquaquecetuba, todas pertencentes a região do Alto Tietê e historicamente aproximadas. Percebe-se claramente como a primeira, em um de seus principais símbolos oficiais, optou por se autorretratar como uma cidade industrial (ideia essa representada pelas engrenagens e pelas chaminés). Até mesmo as datas ali contidas, 1919 e 1949, fazem referências a elevação à vila e à instauração do município, respectivamente. Nenhuma referência ao passado colonial.

Mogi das Cruzes preferiu se retratar como uma terra de bandeirantes, enquanto Itaquaquecetuba valorizou seu passado de aldeamento indígena e a ação dos padres jesuítas, congregação que tem seu emblema representado no brasão daquela cidade. Sem adentrarmos na controversa figura dos bandeirantes e a construção e utilização de sua imagem pelas elites paulistas dos séculos XIX e XX, nem na ação dos padres jesuítas, nota-se uma clara distinção em relação ao período histórico tomado por base na construção de ambos os símbolos.

Para além dos símbolos oficiais, vemos reflexos desse imaginário em outras imagens construídas acerca de Suzano.

Figura 04: Vista do Terminal Urbano Vereador Diniz José dos Santos Faria, a partir da Avenida Vereador João Batista Fitipaldi, Suzano-SP.



Fonte: Acervo do autor

Figura 05: Detalhe da Vista do Terminal Urbano Vereador Diniz José dos Santos Faria a partir da Avenida Vereador João Batista Fitipaldi, Suzano-SP.



Fonte: Acervo do autor

Figura 06: Vista do Terminal Urbano Vereador Diniz José dos Santos Faria a partir da esquina da Avenida Vereador João Batista Fitipaldi com a Avenida Jorge Bei Maluf, Suzano-SP.



Fonte: Acervo do autor

As imagens acima referem-se a uma das paredes externas do Terminal Urbano Vereador Diniz José dos Santos Faria, que conta com intervenções artísticas. Percebe-se nesta obra uma representatividade maior do que nos símbolos oficiais da cidade: nota-se referências à população rural, de origem nordestina, negra, periférica e japonesa. Mas nenhuma menção à população indígena que originalmente habitava esse espaço.

Figura 07 – Veículo de transporte público em uso na cidade de Suzano.



Fonte: Foto de Beatriz Camargo/Secop Suzano.

Já a imagem 07 refere-se a um dos veículos de transporte público em uso na cidade de Suzano. Percebe-se na lateral do veículo uma imagem com símbolos da cidade: Um torii (tradicional

portal japonês), flores de cerejeira, um chapéu nordestino, a Arena Suzano (ginásio de esporte), um trem e uma bola de vôlei.

É fato que Suzano teve sua história marcada pela imigração de japoneses (que em 1958 constituíam 33% da população da cidade) e nordestinos; que a cidade se desenvolveu as margens da ferrovia e foi marcada pela equipe de vôlei nas décadas 1990 e 2000. Contudo, todos esses fatos se referem ao século XX.

Nota-se, portanto, que diferentemente de outras cidades da região, Suzano construiu todo seu imaginário enquanto cidade a partir da ocupação da atual região central iniciada nos anos finais do século XIX. Reflexo disso pode ser observado na definição das zonas especiais de preservação cultural (ZEPEC), estabelecidas pelo Plano Diretor da cidade, aprovado em 2017. Das 38 zonas estabelecidas pelos legisladores apenas oito se encontram fora da zona central e suas adjacências.²⁹

Talvez por isso, grande parte das obras que tratam da história da cidade negligenciaram o período anterior à ocupação do centro da cidade. Apesar das primeiras menções à região em documentos históricos serem do século XVI, a maioria dos autores preferiu se ocupar com o período formado pelos anos finais do século XIX e o século XX.

A título de exemplo, uma das últimas obras dedicadas ao passado da cidade, o livro *Memórias de Suzano: histórias e fotos de todos os tempos, do vilarejo à cidade grande*, um grande livro de mais de 500 páginas, dedica apenas quatro ao período colonial e imperial da cidade. (LEONE, et. al, 2009). Outra obra, *Suzano Estrada Real: roteiro emocionado da minha cidade*, é um pouco mais generosa; sete páginas de um total de 118. (AZEVEDO, 1994). Da mesma forma, no livro *Suzano: noções históricas e evolução das legislaturas: roteiro para sessões legislativas*, o período em questão ocupa cinco, de um total de 151 páginas. (NETO, 2005).

Além do mais, em todas as obras acima citadas, a abordagem do período compreendido entre os séculos XVI e XIX é quase idêntica: centrada nas menções à Estrada Real do Guaió, à família Baruel e à capela de Nossa Senhora da Piedade. Ausência quase absoluta de referências à população indígena e negra da região, ou mesmo a população branca empobrecida.

E mesmo no período abarcado pelas obras citadas percebem-se lacunas, como por exemplo, na total ausência de referências a respeito do estabelecimento dos primeiros grupos e igrejas protestantes e pentecostais, costumeiramente agrupados na expressão “evangélicos”, e que hoje representam mais de 30% da população suzanense³⁰ e não se veem representados nas obras historiográficas acerca da cidade.

Destaca-se também que grande parte das obras que tratam sobre a história da cidade não foi escrita por historiadores, em que pese aqui a exceção a Suami P. de Azevedo. Até o momento, a única produção historiográfica acerca da cidade localizada é a obra *Suzano, sua gente e sua história*, desenvolvida no ano de 2000 a pedido da Prefeitura Municipal de Suzano e coordenada

29 SUZANO. **Plano diretor – lei complementar nº 312/17**. Disponível em: <<https://www.suzano.sp.gov.br/web/planejamento-urbano-e-habitacao/legislacao/>>. Acesso em 12 de Dez. de 2022.

30 IBGE. **CIDADES**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/suzano/panorama>>. Acesso em 12 de Dez. de 2022.

pela Professora Eni de Mesquita Samara, historiadora da Universidade de São Paulo (USP) e diretora do Museu Paulista entre os anos de 2003 e 2007, precocemente falecida no ano de 2011. Apesar da qualidade técnica da obra, a mesma não foi publicada, sendo sua consulta restrita. Ainda não foi possível afirmar os motivos que levaram a encomenda desta obra e sua posterior não publicação.

Da mesma forma que o observado na construção do imaginário acerca da cidade, percebe-se o interesse por um recorte temporal muito específico na escrita da história de Suzano, centrado no século XX e que ignora ou aborda superficialmente quase 300 anos de ocupação do território.

Neste sentido, julgamos ser possível analisar a construção deste imaginário, refletido na produção historiográfica, através do conceito de “tradições inventadas”, definido por Eric Hobsbawn como:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. [...] Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. (HOBBSAWN, 2018, p. 08).

Assim, diante da transferência geográfica da população do Baruel para a Vila da Concórdia, da transformação demográfica ocorrida devido às diversas correntes migratórias, a emergência de novos personagens políticos e elites locais, da emancipação política e administrativa, criou-se novas “tradições” acerca da cidade, mais adaptáveis a nova realidade.

Um perfeito exemplo dessas novas tradições é a escolha de São Sebastião como padroeiro da cidade. Como visto, o povoado do Baruel se desenvolveu à sombra da pequena capela dedicada à Nossa Senhora da Piedade. Contudo, após a emancipação política, São Sebastião, cuja devoção na região se iniciou graças à capela construída pela família Marques Figueira na área hoje ocupada pela Igreja de São Sebastião (região central), foi declarado orago da cidade, ainda que a devoção a Nossa Senhora da Piedade persista por mais de 300 anos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo foram apresentados alguns aspectos relacionados à História Local ou História do Pequeno Espaço, termo que evita possíveis ambiguidades, a fim de discutirmos algumas questões referentes à historiografia da cidade de Suzano.

Como visto, toda a autorrepresentação da cidade foi construída a partir de um período histórico bastante limitado, o final do século XIX e XX, abordando superficialmente, ou mesmo ignorando, um período de mais de 300 anos, além de diversos personagens e grupos, como brancos pobres, indígenas e escravizados. E como a produção historiográfica não se dá no vazio, as obras que tratam da história de Suzano refletem essa construção.

Contudo, se o trabalho dos historiadores reflete a situação na qual esses se encontram inseridos, ele também é capaz de transformar essa realidade. Afinal, nos debruçamos sobre o passado para compreendermos o presente e quiçá alterar o futuro. E isso urge ser feito.

Necessitamos, portanto, de um olhar técnico, mas também sensível, para à História do pequeno espaço de Suzano. Um olhar múltiplo, interdisciplinar, multiétnico e inter-religioso, que nos leve a compreender realidades há tanto tempo cobertas pelos véus do tempo ou da omissão. Necessitamos lançar luz sobre histórias de períodos e grupos até então marginalizados ou ausentes. Afinal, essas histórias também merecem serem contadas.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Suami P. **Suzano Estrada Real: Roteiro emocionado da minha cidade**. Suzano-SP: Empresa Jornalística e Editorial do Alto Tietê, 1994.

BARROS, José D'Assunção. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**, [S.l.], v. 18, n. 2, jul. 2022. ISSN 1980-4490. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/57694>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em 15 de nov. de 2022.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

COLLINGWOOD, R.G. **A ideia de História**. Lisboa, Editorial Presença, sem data.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

IBGE. **CIDADES**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/suzano/panorama>>. Acesso em 12 de Dez. de 2022.

LEONE, Simone; et. al. **Memórias de Suzano: histórias e fotos de todos os tempos, do vilarejo à cidade grande**. Suzano, SP: DAT editora, 2009.

NETO, Jorge Salvarani. **Suzano: noções históricas e evolução das legislaturas: roteiro para sessões legislativas**. Suzano, SP: Gráfica e Editora Brasil, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

SILVA, Luís Carlos Borges da. A importância do estudo de história regional e local na educação básica. **XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH**. 2013. Disponível em:

<http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372277415_ARQUIVO_Artigo-HistoriaRegional_NATAL_.pdf>. Acesso em 14 de nov. de 2022.

SILVA, Rodrigo Henrique Ferreira da. A relação entre história e ciência da religião. **Último Andar**, [S. l.], v. 25, n. 40, p. e56776, 2022. DOI: 10.23925/ua.v25i40.56776. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/56776>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SUZANO. **Plano diretor – lei complementar nº 312/17**. Disponível em: <<https://www.suzano.sp.gov.br/web/planejamento-urbano-e-habitacao/legislacao/>>. Acesso em 12 de Dez. de 2022.

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

C749 Congresso Patrimônio Cultural: identidades e imaginário (2023 : São Carlos, SP)
Anais do Congresso Patrimônio Cultural: identidades e imaginário, 08 a 10 de maio de 2023 / editores: Paulo César Castral... [et al.]. – São Carlos-SP: IAU/USP, 2023.
463 p

ISBN: 978-65-86810-65-3

1. Arquitetura. 2. Patrimônio cultural. 3. Patrimônio arquitetônico. 4. Urbanismo. 5. Pesquisa. I. Castral, Paulo César, ed. II. Título.

CDD 720.63
